



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Sobre a repetição das obras de escavação nas vias

O florescimento de obras rodoviárias e as repetidas obras de escavação, que não são poucas, afectam o trânsito, perturbam o dia-a-dia e são um desperdício de erário público, uma situação que tem sido alvo de críticas ao longo dos tempos. Entre os cidadãos, verifica-se uma ampla e forte solicitação para o Governo adoptar medidas eficazes destinadas a reduzir as obras rodoviárias desnecessárias e a repetição das escavações e a controlar o prazo e a qualidade das obras rodoviárias, com vista a criar um ambiente de vida tranquilo e sem obstáculos nas deslocações. Quanto ao mecanismo de coordenação das obras rodoviárias, uma solução em que foram depositadas elevadas expectativas, actualmente é alvo das críticas, que o apontam como sendo inexistente, devido ao facto de dificilmente se fazerem surtir os seus efeitos. Neste mandato, o Governo tem a vontade de fazer frente a esta questão, pois tomou a iniciativa de aperfeiçoar o mecanismo e pretende definir, no próximo ano e através de regulamento administrativo, uma regulamentação concreta, estipulando que é vedada a repetição das escavações na mesma via no prazo de três anos, excepto em situações de urgência, por forma a resolver o problema. Contudo, devido à complexidade e à variedade das razões que estão na origem do problema, há que, aquando da criação de mecanismos, envidar todos os esforços no aperfeiçoamento do sistema, pois só assim é que é possível fazer surtir os melhores efeitos, contribuindo para a resolução eficaz e definitiva do problema.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

A repetição das escavações não tem só a ver com os critérios de autorização de realização das obras e com as medidas de planeamento e coordenação, tem também a ver com o controlo da qualidade das obras e com os efeitos dissuasores das regras sancionatórias. Em termos gerais, não havendo leis ou diplomas legais que regulamentem os padrões de qualidade e as regras sancionatórias aplicáveis em caso de infracção, por um lado, a entidade fiscalizadora tem dificuldade em proceder à fiscalização da qualidade de obras, pois até o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, apenas pode recorrer a apelos verbais para os promotores fazerem melhor o trabalho, o que dificilmente surte efeitos dissuasores, aliás, mesmo que não o façam, os promotores não têm grandes prejuízos; e, por outro, quanto aos promotores, para alcançar o objectivo de conseguir a adjudicação por um preço mais baixo, vão reduzir os padrões ao nível do controlo dos materiais a usar nas obras e da respectiva qualidade, e vão recrutar poucos trabalhadores locais, ou até nem os recrutam, o que facilmente pode pôr em causa a qualidade e o prazo das obras, e resultar, ao fim e ao cabo, na repetição de obras.

Tendo por objectivo evitar, quanto possível, a persistência da referida situação e resolver definitivamente o problema, interpelo sobre o seguinte:

1. O acto de o Governo recorrer a diplomas legais para regulamentar os padrões relativos à qualidade das obras e introduzir regras sancionatórias pode incentivar os promotores a conformarem-se com os padrões de realização de obras, por força dos efeitos dissuasores inerentes às regras sancionatórias. Ou seja, possivelmente, os promotores poderão conseguir a adjudicação com uma proposta de valor baixo, no entanto, mesmo assim, irão ter bastante cautela ao baixar os padrões de qualidade,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

isto é, ao usar nas obras materiais baratos ou de menor durabilidade, o que contribuirá para reduzir a repetição de escavações causada por problemas de qualidade. O Governo tem algum plano para, no próximo ano, incluir a fiscalização aos padrões de qualidade das obras e a introdução de regras sancionatórias no regulamento administrativo?

2. Com vista a fiscalizar eficazmente a qualidade das obras rodoviárias e mudar a imagem das obras públicas, isto é, de se arrastarem, para além de um mecanismo completo e aperfeiçoado sobre a autorização e fiscalização das obras rodoviárias, as autoridades têm a necessidade de reforçar a comunicação com a sociedade, por exemplo, divulgar atempadamente mais informações e pormenores sobre as obras rodoviárias, aumentando assim o conhecimento e o apoio dos cidadãos, medida essa que pode conquistar a compreensão destes em relação aos inconvenientes causados durante a realização das obras, contribuindo para que os cidadãos se assumam como uma força poderosa na respectiva fiscalização. Que medidas é que o Governo vai adoptar para reforçar a comunicação?

23 de Dezembro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Leong Sun lok